



Informação e Memória

A cinemateca brasileira e o patrimônio histórico audiovisual

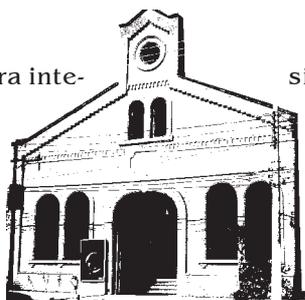
Célia Camargo

Professora do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras/Unesp – Campus de Assis, assessora do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Unesp e colaboradora da Cinemateca Brasileira.

A Cinemateca Brasileira integra o Ministério da Cultura no âmbito da Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais. É responsável pela preservação da produção audiovisual nacional, voltando-se para o patrimônio documental de imagens em movimento produzido no país, por pessoas físicas e jurídicas, no passado e no presente.

No cumprimento dessa missão, também é de sua competência gerar informações, metodologias e conhecimento, difundindo tal produção em todas as suas manifestações.

Desde a origem da Cinemateca Brasileira, podemos perceber que a neces-



sidade da preservação desses documentos ligava-se ao propósito de criar condições para ampliar o acesso ao conhecimento. No corpo de seus princípios fundadores já se sugeria a idéia que hoje vem presidindo a luta pelo exercício da cidadania, pelo desenvolvimento e acesso às tecnologias e pela elaboração de políticas públicas aptas a realizar efetivamente, no Brasil, o que se convencionou chamar sociedade do conhecimento. Formulavam-se, naquele momento, os conceitos fundamentais que possibilitaram a criação de um pensamento cinematográfico, até então inexistente no país, propondo desde o seu início, para esse campo, a democratização da informação.



Fachada da Sala Cinemateca. Foto de Ana Viegas.

Nesse sentido, Paulo Emilio Salles Gomes – um dos principais intelectuais paulistas e criador da Cinemateca Brasileira – costumava dizer que não se poderia fazer bom cinema sem uma cultura cinematográfica. A este argumento, acrescentava a certeza de que uma cultura só pode se manter viva se envolver, ao mesmo tempo, o conhecimento do passado, a compreensão do presente e uma perspectiva para o futuro. Assim, contrapunha-se aos que atribuíam à ação das cinematecas um caráter apenas saudosista.¹

A posição institucional da Cinemateca Brasileira equipara-se à de duas das instituições magnas brasileiras que, de igual maneira, são responsáveis por modalidades específicas do nosso patrimônio histórico-cultural: o Arquivo Nacional, ligado à Casa Civil da Presidência da República, a quem cabe a guarda do patrimônio

documental institucional que, em qualquer tipo de suporte material, tenha sido produzido pela administração ligada ao poder público federal, bem como dos arquivos privados de interesse público; e a Fundação Biblioteca Nacional, integrada ao MinC, responsável pela produção intelectual gerada e publicada no território nacional.

O patrimônio documental de natureza bibliográfica e arquivística, desse modo, está representado pelos seus depositários legais, a Fundação Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional.

De outro lado, está sob a proteção do IPHAN, e das suas diversas unidades, o patrimônio arquitetônico/ambiental, monumental, artístico e as demais formas de testemunho que compõem os diversos acervos constituídos a partir da perspectiva museológica.



Como se vê, no que diz respeito ao escopo de preservação do patrimônio cultural, no seu sentido mais abrangente, a rede institucional de preservação e proteção extrapola os limites do Ministério da Cultura ao qual se associa, equivocadamente, a total responsabilidade sobre a questão. Se sua função é estabelecer diretrizes para as políticas culturais, por meio da formulação de políticas que envolvam a participação do Estado e de representantes da sociedade – as políticas públicas –, cabe a todos os órgãos da administração pública e às instituições da sociedade civil a execução de seus princípios fundamentais.

No mundo contemporâneo, portanto, as cinematecas² estão para a documentação audiovisual assim como as bibliotecas estiveram e estão para os livros e periódicos, especialmente a partir da invenção da imprensa, assim como os arquivos públicos estiveram para os registros produ-

zidos pelos órgãos do Estado Nacional, após a Revolução Francesa, e assim como os museus se voltaram para os objetos da cultura material, bens simbólicos e identificadores de valores nacionais/sociais.

A concepção original da Cinemateca Brasileira nos leva ao início da década de 1940. Paulo Emilio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado e Antonio Candido de Mello e Souza, entre outros, então jovens estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, criaram um clube de cinema que, logo depois, foi fechado pela polícia do Estado Novo.

Desde 1935 estavam sendo organizados, na Europa, os arquivos de filmes. A idéia de uma instituição semelhante renasceu num segundo clube de cinema que se tornaria, em 1949, a Fimoteca do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Já naquele ano tornou-se membro efetivo da FIAF – Fédération Internationale des Archives du Film.



Antigo Matadouro Municipal, onde hoje funciona a Cinemateca Brasileira. Início do século XX, autor não identificado. Acervo Eletropaulo.

Em 1956 assume a denominação de Cinemateca Brasileira, desliga-se do Museu e busca a autonomia institucional que a iniciativa apontava como o caminho que deveria ser trilhado no sentido de construir o centro de referência, preservação e restauro de imagens filmadas no Brasil. Vale lembrar que o desenvolvimento das técnicas audiovisuais, e as formas de acesso e popularização que adquiriram ao longo do século XX, explicam o fato de que a ênfase dos esforços de preservação, no Brasil, recaísse, até pouco tempo, sobre a documentação relacionada ao cinema brasileiro.

Esse percurso foi mantido pela Cinemateca, embora enfrentando muitas dificuldades ao longo dessas cinco décadas, assim como as enfrentou a maioria absoluta das instituições brasileiras que se fundamentaram no pensamento preservacionista com o objetivo de construir informações para acesso público, razão maior de seu trabalho.

Em artigo recente sobre o acervo audiovisual brasileiro,³ Escorel lembra o grau de dificuldades enfrentadas, mencionando fato emblemático sobre as ameaças permanentes a essas intenções:

(...) apesar de ter iniciado suas atividades quando o grande mal já estava feito e de portar como trágica marca de nascença o incêndio que destruiu, em janeiro de 1957, grande parte de seu acervo, a Cinemateca Brasileira foi responsável, nas décadas seguintes, pela preservação e pela restauração do

principal repertório de imagens cinematográficas existentes no Brasil.⁴

Em 1984, impondo-se pelo reconhecimento nacional e internacional, foi incorporada ao governo federal, a partir de decisão tomada pelo Conselho da Cinemateca Brasileira. Assim, com as salvaguardas estabelecidas, manteve sua autonomia administrativa, atuando sob a orientação desse mesmo Conselho e formulando as políticas para sua área de especialização.

Foi nessa mesma década de 1980 que se registrou, no Brasil, a consolidação de novas concepções do governo federal sobre sua ação patrimonial.

Ampliada sua base conceitual, retomaram-se as idéias de Mário de Andrade, fundadoras do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), introduzindo na formulação e na prática da política cultural as noções de memória, cultura material e bem cultural, conceitos intensamente trabalhados pelo grupo liderado por Aloísio Magalhães. Procurava-se descentralizar a função de proteção ao patrimônio, bem como ampliar o universo de bens patrimoniais que, tradicionalmente, haviam sido objeto da política nacional de preservação. A pluralidade cultural foi a idéia que orientou a nova política, que se contrapunha à visão homogeneizadora da cultura brasileira.

O período foi marcado por intensa mobilização dos poderes públicos para as questões relativas à memória nacional,



além de incorporar muitos grupos de novos protagonistas, revelando ampla mobilização institucional e social. Foi no bojo desse quadro de modificações que a Cinemateca Brasileira se incorporou à estrutura organizacional do governo federal.

Desde sua concepção, como se vê, a Cinemateca Brasileira é a instituição de referência na área de preservação de imagens em movimento, hoje responsável por um dos maiores acervos de filmes da América Latina. Enfrenta o desafio de preservar a cinematografia nacional, não se limitando a guardar as produções de um passado remoto. É cada vez maior o número de realizadores contemporâneos que confiam à Cinemateca Brasileira os negativos originais de seus filmes, para que sejam preservados adequadamente e para que possam ser conhecidos pelas futuras gerações.

Estão preservadas, até o momento, 130 mil latas de filme, que correspondem a trinta mil títulos de produção nacional e estrangeira, referentes a obras de ficção, documentários, cinejornais, publicidade e registros familiares, abrangendo o período de 1895 até os dias de hoje. Além da coleção de vídeos, estão sob sua guarda aproximadamente 150 mil documentos que se apresentam em outros suportes materiais, entre eles arquivos pessoais e coleções de roteiros originais, cartazes, fotos, revistas, documentação iconográfica e outros, também considerados de valor permanente. Apenas como exemplo, destaquem-se alguns dos principais conjuntos integrantes do acervo: as coleções relativas ao Cinema Novo, à produção de Humberto Mauro, a toda a produção silenciosa que nos restou, à Cinedia e à Vera Cruz.



Saguão da Sala Cinemateca. Foto de Ana Viegas.

Como forma de dar agilidade a suas propostas e de criar alternativas de captação de recursos necessários ao cumprimento de suas atribuições, promoveu-se, também como iniciativa pioneira, por meio dos profissionais envolvidos com a (e pela) Cinemateca, a criação da Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC), ainda nos anos de 1960. Em 1962, mais exatamente, intelectuais paulistanos que buscavam o acesso público a filmes e a uma cinematografia excluída dos circuitos comerciais concretizaram a iniciativa.

A SAC tem por objetivo dotar a Cinemateca Brasileira das condições necessárias para que assuma plenamente sua missão e status institucional de pólo de preservação e difusão de documentos e informações cinematográficas do país. Apesar de paralisações temporárias ocorridas, tem participado diretamente

das conquistas e do desenvolvimento técnico institucional. A construção da Sala Cinemateca, o projeto e execução do Arquivo de Matrizes e a adaptação de espaço físico para abrigar o Centro de Documentação e Pesquisa são exemplos relevantes desse trabalho de captação e administração de recursos para concretizar os projetos da Cinemateca Brasileira.

Um projeto em andamento, de relevância para a preservação dos registros do cinema no Brasil, o Censo Cinematográfico Brasileiro, patrocinado pela BR Distribuidora e administrado pela SAC, constitui uma das formas de colaboração mais importantes já efetuadas.

No âmbito das atividades e competências atribuídas ao conjunto das instituições e órgãos do MinC voltados para o desenvol-



Saguão da Sala Cinemateca. Foto de Karina Seino.

vimento da cultura nacional, a Cinemateca Brasileira ocupa posição privilegiada.

Ligada recentemente à Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais,⁵ apresenta interfaces com os vários setores, projetos e áreas de trabalho do MinC, em função da natureza de suas atribuições e do teor de seus objetivos. No campo da ação patrimonial, esfera na qual atuam todos os órgãos e entidades ligados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Cinemateca Brasileira mantém afinidades com os museus e com as entidades de documentação e de pesquisa, como a Fundação Biblioteca Nacional, o Museu da República ou a Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. No entanto, dentro do ministério, é o órgão especializado na proteção do patrimônio cinematográfico.

De outro lado, apresenta canais diretos de comunicação com a produção e a criação cultural, materializadas nos suportes genericamente conhecidos como audiovisuais, frutos das sucessivas revoluções tecnológicas ocorridas no final do século XIX e ao longo do século XX, quando o universo documental sofreu profundas transformações, registrando um peso cada vez maior dos documentos não convencionais como fotografias, filmes, gravações em áudio e vídeo e, mais recentemente, dos documentos digitais. No caso da produção das imagens em movimento, especialmente do cinema, a Cinemateca Brasileira opera como o elo final da cadeia de realizações, na medida em que atua como depo-

sitória dos bens culturais resultantes dessa área de criação e produção.

Suas múltiplas possibilidades de relacionamento, dentro do MinC, favorecem a perspectiva interdisciplinar de trabalho e o alargamento dos seus horizontes de conhecimento, apesar de sua alta especialização técnica.

A execução do Censo Cinematográfico Brasileiro, projeto especial em andamento, deve ser destacada para que se possa oferecer um exemplo que sintetiza o estágio de integração e de maturidade a que já se chegou no tratamento do patrimônio cinematográfico. Foi implementado com o objetivo primordial de lançar as bases para o inventário do patrimônio brasileiro das imagens em movimento, atendendo a uma das principais carências de nosso país: a elaboração e implantação de políticas públicas dirigidas para o desenvolvimento da cultura e da ciência.

A produção de obras de referência,⁶ como o Censo Cinematográfico Brasileiro, possibilita fundamentar as ações de planejamento e de implementação da proteção ao patrimônio histórico e cultural. Com a amplitude e alcance de suas informações, permite que as ações governamentais e a iniciativa privada atuem sobre um universo de problemas que foi extensivamente identificado. O que permite que a formulação e a implantação de políticas públicas estejam firmemente apoiadas em informações de qualidade e fundamentadas em diagnósticos pre-





Depósito de matrizes. Cinemateca Brasileira. Foto de Patrícia de Filippi.

cisos de problemas, metodologias e demandas sociais.

Nessa linha de atuação – a do projeto Censo Cinematográfico Brasileiro –, foi criado e desenvolvido um modelo específico de trabalho voltado para a realidade documental de nosso país, utilizando e adaptando as normas técnicas internacionais às nossas situações particulares e à documentação específica produzida pelo cinema brasileiro.

Quanto à organização da Cinemateca Brasileira, pode-se apresentar uma idéia de seu formato e concepção institucionais a partir da caracterização de suas grandes áreas de trabalho:

- Acervo

Área que articula as atividades relacionadas às coleções e arquivos de filmes, programando metas e estratégias de ação. Processa as informações reunidas

pelos setores de Catalogação e de Preservação com o objetivo de sugerir prioridades para o Programa de Restauração. Responde pelas ações de atendimento aos depositantes, orientação do setor de cessão de imagens para produções contemporâneas, bem como pelo trabalho de cessão de cópias para programações de terceiros.

- Catalogação

Área responsável pela coleta e análise de dados que são organizados e disponibilizados em um sistema de informação, possibilitando sua recuperação e operando como mecanismo de apoio às atividades de arquivo.

- Preservação

Área em que se criam as condições adequadas para a sobrevivência dos materiais filmicos por longo período e na qual se realiza o controle de todas as etapas



de sua guarda e uso: manipulação, limpeza, embalagem e armazenamento. É onde se efetua o acompanhamento do estado de conservação de cada rolo de filme, apontando as necessidades de intervenção, incluindo as mais extremas, como restaurações ou duplicações.

- Restauo

O Laboratório de Restauo da Cinemateca Brasileira foi instalado na segunda metade da década de 1970 como alternativa aos laboratórios comerciais, pouco habilitados a lidar com filmes antigos – atingidos pelos mais variados problemas causados pela deterioração –, com os cuidados artesanais que esses filmes exigem. A restauração de filmes

ou sua simples transferência de um suporte deteriorado para um novo suporte exigem operações demoradas e cuidadosas, como conserto de perfurações danificadas, compensação de encolhimento e outras.

A história do cinema brasileiro, que integra a história do próprio país, estaria hoje mais comprometida, não fossem os trabalhos de duplicação desenvolvidos pelo Laboratório de Restauo nos últimos trinta anos. Entre os filmes duplicados incluem-se comédias musicais, filmes do cinema novo, clássicos do cinema silencioso, documentários e centenas de cinejornais que registram a vida brasileira ao longo do século XX.



Laboratório de restauração de filmes – reveladora. Cinemateca Brasileira. Foto de Ana Viegas.

O Laboratório efetua a comparação de matrizes, o reparo e limpeza física dos originais danificados, define os procedimentos adequados à duplicação. Desde 2001, a média mensal de tratamento técnico tem sido de dez mil metros de filmes, que inclui também o registro dos procedimentos de intervenção adotados.

- Documentação

Com a área de documentação está a responsabilidade pela classificação, catalogação e indexação do acervo.

O Centro de Documentação e Pesquisa/Biblioteca Paulo Emilio Salles Gomes, inaugurado em 2002, abriga um acervo de cerca de nove mil volumes, com ênfase para a temática do cinema brasileiro.

Conta também com coleções menores, como a biblioteca pessoal de Paulo Emilio Salles Gomes, que integra obras sobre filosofia, psicologia, história e literatura, variedade que retrata a formação intelectual do maior crítico cinematográfico brasileiro.

Além de coleções completas das mais importantes revistas sobre cinema já publicadas no Brasil, pode-se ter acesso a aproximadamente dois mil roteiros do cinema nacional.

Finalmente, deve-se dar destaque ao funcionamento do Laboratório Fotográfico, que responde pelas demandas de atendimento externo e interno, capacitado para reproduzir fotos originais, fotografias e slides.



Biblioteca Paulo Emilio Salles Gomes. Cinemateca Brasileira. Foto de Karina Seino.



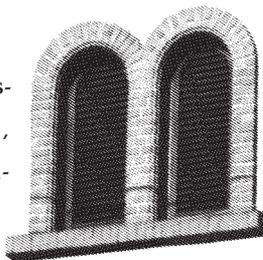
- Difusão

Entre as ações de difusão, sobressaem as edições de publicações, a programação da Sala Cinemateca com a exibição de filmes, a organização de debates, participações em festivais e mostras, além do atendimento às sistemáticas solicitações de informação por parte dos órgãos de imprensa.

A descrição do perfil institucional da Cinemateca Brasileira pede menção a algumas de suas atividades permanentes que revelam a natureza de seus trabalhos e o teor de suas intenções maiores.

A primeira delas é a *Filmografia do Cinema Brasileiro*. Esse trabalho foi divulgado, numa primeira fase, por meio da publicação de quatro volumes que cobriram as informações sobre o cinema brasileiro desde o seu início até 1930. Depois disso, incorporando as tecnologias de informação disponíveis, o projeto transformou-se na base de dados que hoje compõe o *Censo Cinematográfico Brasileiro*. Constituiu-se em linha de informação que se encontra em atualização permanente, cujos dados são disponibilizados sistematicamente para acesso público na Web, na página da Cinemateca Brasileira.⁷

Em seguida, lembramos os *Anuários do Cinema Brasileiro*, atividade permanente que incorpora, ao ano, aproximadamente seis mil recortes de jornais e re-



vistas que noticiam o cinema brasileiro. Essa documentação é selecionada e organizada para compor os anuários.

Como desdobramento das atividades fundamentais da Cinemateca Brasileira, começa a esboçar-se, como prática sistemática de trabalho, a promoção e realização de estágios técnicos supervisionados que atendem às solicitações de formação, atualização e aprimoramento de profissionais de diversos estados brasileiros que atuam diretamente nessa área de preservação.

Isto demonstra a existência de condições, dentro da Cinemateca Brasileira, para investir futuramente em um programa de capacitação de pessoal que possibilite transferir a um segmento mais amplo de profissionais da memória os conhecimentos, metodologias e procedimentos técnicos especializados construídos e adotados na Cinemateca Brasileira.

É magnífico quando se podem concretizar ideais de transformação do conhecimento científico/técnico em conhecimento público. Esses trabalhos certamente possibilitam, pelo grau de aprimoramento de seus técnicos e pesquisadores, que as instituições brasileiras de proteção ao patrimônio desempenhem sua função inclusiva primordial: a geração e a disseminação do conhecimento para a mudança social.⁸

N O T A S

1. Informações como a que se apresenta aqui podem ser encontradas no arquivo pessoal de Paulo Emilio Salles Gomes, sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa da Cinemateca Brasileira.
2. Em vários países as cinematecas recebem a denominação de “arquivos de filmes”.
3. Eduardo Scorel, *Vestígios do passado: acervo audiovisual e documento histórico*, CPDOC 30 Anos, Rio de Janeiro, Editora FGV/CPDOC, 2003.
4. *ibidem*, p 48.
5. Até então, a Cinemateca Brasileira vinculava-se ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), compondo o conjunto de instituições voltadas para a ação patrimonial do Ministério da Cultura, em sua vertente preservacionista.
6. A Cinemateca Brasileira, articulada aos esforços internacionais para a salvaguarda do patrimônio cultural, ao executar o Censo Cinematográfico Brasileiro, está cumprindo recomendações e decisões da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Já na Conferência Geral de 1980 encontramos, no parágrafo 15 da *Recomendação sobre a salvaguarda e a conservação das imagens em movimento*, o convite aos países membros a “tomar as disposições necessárias para que as instituições encarregadas de salvaguardar e de conservar o patrimônio das imagens em movimento adotem” medidas voltadas para a produção e disponibilização de “filmografias nacionais e catálogos de todas as categorias de imagens em movimento, assim como descrições de suas coleções, procurando, onde for possível, a padronização dos sistemas de catalogação; tal material de documentação constituiria em seu conjunto um inventário do patrimônio das imagens em movimento do país”.
7. Ver página da Cinemateca Brasileira, disponível em: <<http://www.cinemateca.com.br>>.
8. Este texto foi elaborado, parcialmente, com base em documentos institucionais de trabalho, disponíveis no arquivo da Cinemateca Brasileira.

R E S U M O

A história da Cinemateca Brasileira está ligada, desde seu início, à idéia de que a preservação do patrimônio histórico e cultural é fundamental para a ampliação das condições de acesso ao conhecimento. Criada na década de 1940, somente em 1984 foi incorporada pelo Ministério da Cultura. Naquele momento, a política cultural procurava descentralizar a função de proteção ao patrimônio e ampliar o universo dos bens culturais sobre os quais deveriam recair as ações governamentais. A Cinemateca Brasileira apresenta uma trajetória de lutas pela guarda e preservação dos filmes brasileiros e mantém hoje sob sua guarda o maior acervo de filmes da América Latina.

A B S T R A C T

The Brazilian *Cinemateca* history is linked, since its beginning, to the idea that the preservation of the historical and cultural patrimony is a fundamental step to extend the access to the knowledge. Founded in 1940s, it was incorporated by the Ministry of Culture only in 1984. At that moment, the cultural politics tried to decentralize its main preservation function and to enlarge the universe of the cultural heritage on which the government actions should rest on. Since its creation, the institution struggles to maintain and preserve the Brazilian films and, nowadays, it holds the biggest collection of Latin America.